Parte III - Trajetórias, Categorias, Implicações
Capítulo 10 - Indígenas e Pesquisa Demográfica: sugestões ao debate sobre religião e indígenas no contexto do censo brasileiro

Elizabeth Pissolato

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PISSOLATO, E. Indígenas e Pesquisa Demográfica: sugestões ao debate sobre religião e indígenas no contexto do censo brasileiro. In: SANTOS, R.V., GUIMARÃES, B.N., CAMPOS, M.B., and AZEVEDO, M.M.A., comps. *Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, pp. 221-232. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-65-5708-013-9. <https://doi.org/10.7476/9786557080139.0011>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Conhecimento, reconhecimento e desafios diante da diversidade

Sabemos que o conhecimento sobre populações se liga diretamente ao reconhecimento de direitos às mesmas. No caso das informações censitárias sobre populações indígenas que vivem no Brasil, que vêm sendo captadas de forma sistemática desde o Censo de 1991, torna-se evidente a conexão entre este investimento de pesquisa e a mudança de orientação política que ocorre com a Constituição Federal de 1988, após um período de incremento das lutas pela conquista de direitos indígenas.

Contrastando com as políticas adotadas anteriormente para os povos indígenas no país até a década de 1970, as quais consideravam os indígenas como uma categoria social transitória, a Constituição de 1988, em seu artigo 231, afirmou os direitos especiais dos povos indígenas como povos “reconhecidos [em sua] organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Brasil, 2000). De uma orientação que vislumbrava a “integração à comunhão nacional”, passa-se ao reconhecimento de “direitos coletivos especiais” destes povos (Ricardo, 1995; Azevedo, 2008).

O valor primeiro a ser destacado na produção de informações censitárias sobre povos indígenas é, então, político. Por um lado, tornou-se obrigatória a produção de conhecimentos básicos para a implementação de políticas públicas voltadas para os indígenas a partir de 1988. Por outro lado, a introdução da pesquisa sobre indígenas no censo teve um alcance muito maior, já que, conforme observou Ricardo (1995), até a década de 1980, os povos indígenas permaneciam na invisibilidade para a grande maioria dos brasileiros. Ainda que o nível de informação da população em relação a seu contingente indígena permaneça aquém do necessário ao reconhecimento dos direitos indígenas, não se pode negar a contribuição fundamental dos três últimos censos para mudar o quadro da invisibilidade.

Os indígenas no Brasil não ganharam apenas visibilidade a partir daí; mais que isto, os números censitários vieram a contrariar fortemente a antiga tese do desaparecimento progressivo dos povos indígenas no país. Vejam-se as taxas de crescimento bem mais altas que a média registrada para a população brasileira (Azevedo, 2000).

Um tal crescimento carrega em si mesmo uma dimensão política. Além das taxas altas de fecundidade registradas, um fator que se mostrou importante, particularmente no período de 1991 a 2000, foi o aumento dos declarados indígenas no país (IBGE, 2000b), fator que se liga certamente à definição constitucional do estatuto jurídico do indígena e à valorização social desta categoria. Pessoas que antes não se declaravam como indígenas passaram a fazê-lo, e vários grupos deram início a processos de reivindicação por reconhecimento como indígena, particularmente no Nordeste do país (Arruti, 2006; Paoliello, 2008).

Mas, desde o primeiro momento em que dão visibilidade à presença indígena no Brasil, as informações censitárias também colocam problemas à sua interpretação, bem como à elaboração de políticas públicas. O mapa dos povos indígenas apresenta grande diversidade ou “sociodiversidade nativa” (Ricardo, 1995), espécie de “mosaico de microssociedades” (Azevedo, 2000), não facilmente tratáveis como conjunto, seja analítica ou politicamente.

Como pensar em políticas públicas considerando tal multiplicidade de formas socioculturais? Como considerar as soluções históricas e as políticas indígenas adotadas por cada povo ou grupo? Notamos aqui como a produção de diferença é um mecanismo fundamental da socialidade indígena na América do Sul. Produção de diferenças em diversos níveis: no contraste com alteridades não humanas, na marcação de fronteiras étnicas, na diferenciação de posições no interior de uma mesma sociedade ou coletividade. Esta questão tem desafiado até mesmo o campo dos direitos indígenas, colocando em discussão a noção de propriedade da coletividade, como nos mostra Carneiro da Cunha (2005, 2009).

No caso da demografia, o desafio se torna lidar com um contingente que corresponde a “populações de pequeno ou médio porte, com dinâmicas demográficas distintas, revelando não só autonomias culturais como também qualidade de vida e perfis epidemiológicos muito diferentes” (Azevedo, 2008: 21).

É certo que esforços em mais de uma direção têm sido realizados para se enfrentar esse desafio, tanto por acadêmicos (Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005; Santos & Teixeira, 2011) quanto por agentes do Estado (IBGE, 2012a). De um lado, vemos um investimento importante no aperfeiçoamento de metodologias do censo brasileiro visando a mapear as situações indígenas em suas especificidades, como o mapa das etnias e línguas faladas do Censo 2010, e também o esforço de fazer coincidir terras indígenas com setores censitários (Pereira, 2011; Azevedo, 2011). De outro lado, observamos um empenho concomitante no estudo de alternativas

ao modelo atual do censo para a abordagem demográfica de populações indígenas. Aqui, a questão da definição de fronteiras ou unidades para comparação entre populações parece central, além do fato de que as dinâmicas indígenas não se submetem facilmente ao modelo do retrato decenal adotado pelo censo atualmente.

Sobre as fronteiras socioculturais, Ricardo já observava, em 1995, o descompasso entre aquelas definidas pelos próprios grupos indígenas e as sobrepostas pelos Estados nacionais, de modo que certas populações indígenas vivem sob a jurisdição político-administrativa de até quatro países na América do Sul.

Fica a pergunta sobre a possibilidade de metodologias alternativas capazes de mapear mais de perto os modos indígenas de habitar o tempo e o espaço. Em 1984, o estatístico Túlio Penna já sugeria a adoção de um modelo contínuo de registro de informações a ser implantado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), junto com um departamento de estatística (Penna, 1984). Cabe lembrar também a iniciativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2004 para estudos da modalidade do censo contínuo, em diálogo com outros países (Silva *et al.*, 2012).

O desafio da diversidade não se coloca apenas para o tratamento dos coletivos indígenas como conjunto. A própria categoria censitária *indígena* traz complexidades, como observa Azevedo (2008: 20), na medida em que inclui:

índio-descendentes que não sabem a que povo pertenciam seus ancestrais; indivíduos que moram nas cidades e que se reconhecem como pertencendo a povos/etnias específicos; indivíduos que moram em Terras Indígenas e se reconhecem como pertencendo a povos/etnias específicos; indivíduos que se reconhecem como pertencentes a povos/etnias específicos e que estão em processo de reivindicação de suas terras, e, em alguns casos, de suas identidades étnicas.

Por sua vez, temas e conceitos definidos como instrumentos na pesquisa censitária de características populacionais estão longe de ser facilmente aplicáveis a contextos indígenas. Particularmente difícil parece ser o tratamento do tema da mobilidade indígena, das formas de ocupação e trânsito entre lugares, dos modos de concepção do “rural” e do “urbano”, dos estilos de frequência das cidades etc.

Nesse sentido, Azevedo (2011) observou como a própria definição de migração se torna discutível como componente ligado ao crescimento populacional em contextos indígenas. A autora comenta, ainda, como a presença atual de cidades indígenas dentro das terras indígenas, de bairros indígenas nas cidades ou deslocamentos de indígenas que mantêm moradia principal em sua aldeia de origem são fenômenos que complexificam a distinção usual entre rural e urbano.

Para tratar a complexidade do tema da mobilidade, Campos e Okamoto (2015), com base no estudo de dinâmicas Xakriabá, propuseram o uso do conceito de *rede* em substituição à pesquisa de migração (que toma como ponto de partida o corte urbano/rural).

Estudos etnográficos podem contribuir bastante para tornar visíveis articulações entre diferentes dimensões na vida de povos indígenas. Assim, por exemplo, evidenciando conexões entre sistemas de casamento e deslocamentos em direção a cidades, como descreveu e analisou Lasmar (2005) para povos Tukano no noroeste amazônico; ou, ainda, compreendendo deslocamentos de pessoas e famílias nos termos de uma multilocalidade, como foi proposto, a partir de descrição etnográfica, para o caso dos Guarani (Mbya) que vivem no Sul e Sudeste do país (Pissolato, 2007).

Desenvolver metodologias capazes de levar em conta conexões desse tipo – em substituição ao tratamento em separado de temas e posterior cruzamento de dados – parece um passo fundamental na busca de novas tecnologias na pesquisa sociodemográfica com indígenas. Teríamos aqui, quem sabe, um lugar bastante produtivo do diálogo entre antropologia e demografia.

Indígenas, religião, censo

Diversos estudiosos das religiões no Brasil têm afirmado, com relação à pesquisa sobre o tema nos censos, que o uso de religião como categoria analítica merece ser problematizado e os números dos censos, relativizados.

Steil (2013), lembrando as observações de Asad (1993) sobre a questão do poder implicado nas classificações utilizadas ao se definir certas práticas como religiosas, aponta para a possível reificação de concepções quando lidamos com dados censitários. Os cientistas sociais devem ficar vigilantes da definição de religião com que estejam operando, já que conceitos como os de história, política e religião tendem a excluir as experiências que se situam “fora do campo de visão de uma modernidade que pretende anular e encompessar as diferenças produzidas a partir das margens” (Steil, 2013: 32).

Maфра (2013), com um olhar mais direcionado às condições de produção dos dados sobre religião nos recenseamentos brasileiros, chama a atenção para a vulnerabilidade da informação sobre religião no censo, a começar pelo fato de se limitar a uma só pergunta, ainda que frequentemente a mídia se refira a “censo de religião”. A autora se preocupa também com as perspectivas teórico-metodológicas na leitura dos números. Assim, sugere que outras chaves de leitura (como linhas de força e fluxos) distintas daquela do campo religioso enquanto mapa de pertencças com fronteiras bem definidas, ainda que porosas, poderiam revelar novas e interessantes possibilidades analíticas, como sinaliza para o caso de “evangélicos” e “sem religião”.

Nosso interesse adiante é um exercício em dois momentos, tomando as noções de “indígena(s)” e “religião” no censo. Num primeiro momento, pretendemos acompanhar certo deslocamento da categoria indígena no contexto da pesquisa

censitária. Isto é, quando indígena, em vez de considerado como população ou contingente, torna-se qualificativo de “religião” ou de “tradições religiosas”. Num segundo momento, focalizamos a pergunta sobre religião feita a pessoas declaradas como indígenas no censo. Aqui fazemos um breve exercício de imaginação sobre a escuta da pergunta, ao mesmo tempo que buscamos relacionar os números do censo com alguns processos reconhecidos na história e etnografia de povos indígenas sul-americanos.

“Tradições indígenas”: variações em torno de “cultura”, “religião” e “indígena”

Conforme observado anteriormente, a década de 1990 marca um momento de valorização da categoria indígena no país, o que se liga ao aumento considerável do autorreconhecimento como indígena no contexto da pesquisa censitária. Esta valorização se revela também em outras instâncias, como a luta pelo direito à terra e a proliferação de projetos que se voltam para a *preservação*, o *resgate* ou a *revitalização de culturas e tradições indígenas*. É nesse período que a cultura e as tradições se tornam instrumentos políticos da maior importância na conquista de direitos e na busca de recursos de toda ordem (Carneiro da Cunha, 2009). É também quando incrementam os debates em torno da proteção de conhecimentos dos chamados povos tradicionais, e saberes indígenas são, então, discutidos enquanto patrimônios culturais destes povos (Carneiro da Cunha, 2005).

É justamente em fins dessa década, isto é, no ano 2000, que ocorre a inclusão, no questionário do censo brasileiro, da categoria “tradições indígenas” como descritora do quesito “religião”, o que nos parece claramente vinculado ao processo descrito.

Mas “tradições indígenas”, enquanto descritora de práticas consideradas religiosas, não se vincula, de início, à definição de “indígena” enquanto declaração de raça ou cor. A categoria parece descrever antes religiões envolvendo práticas – como o uso de substâncias psicoativas – cuja origem pode estar sendo reconhecida como indígena. Observando as subcategorias de tradições indígenas no censo, percebemos que visam a captar práticas ligadas a formas contemporâneas de religiosidade que se constroem principalmente a partir de ressignificações de elementos de tradições diversas e se localizam predominantemente nos entornos de áreas urbanas, correspondendo principalmente às religiões ayahuasqueiras (Labate, De Rose & Santos, 2008). Assim, o IBGE (2012b) inclui na categoria “tradições indígenas” as seguintes subcategorias: Santo Daime, A Barquinha, União do Vegetal, Neoxamânica, “tradições indígenas” e “outras tradições indígenas”. Caberia uma reclassificação, no Censo, das configurações das chamadas religiões ayahuasqueiras na categoria “tradições esotéricas”, como sugeriu Camurça (2014).

De todo modo, muitas dúvidas conceituais sobre o agrupamento chamado “tradições indígenas” permanecem. Elementos como a ayauhuasca estariam efetivamente na base da definição de tradições indígenas? Trata-se de reconhecer a origem indígena de certas práticas, ainda que ressignificadas em novos contextos de religiosidade? Define-se nesta categoria um saber indígena? Passando às subcategorias, nos perguntamos ainda: como se define “tradições indígenas” enquanto subcategoria de “tradições indígenas”? Haveria aqui uma certa expectativa de que as pessoas declaradas como indígenas reconhecessem suas práticas enquanto tal?

Esta última pergunta nos leva de volta ao questionamento do próprio enquadramento de práticas como *religião*. Como observou Menezes (2014: 66), “o censo não tem como classificar aqueles que definem suas práticas espirituais, místicas, reflexivas como sendo uma filosofia, (...) uma explicação, uma cosmologia, e não uma religião”.

Sem condições de aprofundar aqui o debate das categorias, tomemos agora o contexto de aplicação da pergunta e registro de respostas acerca de religião.

Procedimentos e (des)entendimentos

Antes de imaginar as possibilidades de entendimento e as disposições de pessoas indígenas quando se deparam com a pergunta “Qual é a sua religião ou culto?”, é preciso considerar quem faz a pergunta, como a faz e quem a responde, particularmente em áreas de ocupação indígena.

Faltam-nos informações sobre o treinamento de recenseadores direcionados às terras indígenas, e também sobre a aplicação dos questionários do Censo 2010 entre indígenas. Alves e colaboradores afirmam que, apesar de o questionário se definir como autodeclaração, devido a questões operacionais, na prática, muitas vezes, as informações do Censo seriam fornecidas, no caso de indígenas, por “uma parte considerável de não residentes que atuam como informantes” (Alves *et al.*, 2017: 244).

Cecília Mariz (2013), interessada nos resultados para “evangélicos” do Censo 2010, demonstra como o conhecimento de procedimentos metodológicos é fundamental para não cairmos facilmente em armadilhas na leitura dos números. Estudando os manuais do Censo e conversando com técnicos do IBGE, a autora chama a atenção para uma possível distância entre objetivos de captação e procedimentos adotados. De um lado, “o Manual do Censo destaca a necessidade de se obter dados sobre as pertencas às diferentes igrejas”, e, ainda, o Manual do Recenseador apresenta “instruções claras para não se registrarem expressões genéricas” (*apud* Mariz & Gracino, 2013: 164). De outro lado, os recenseadores são instruídos a não fornecer qualquer explicação ou esclarecimento adicional à pergunta sobre religião, no máximo, podem repeti-la. Mariz (2013) considera, então, que a pergunta

não estimularia a identificação de igrejas, conforme o Censo buscava fazer. Desse modo, é possível que o crescimento da categoria genérica “evangélica”, que vem desafiando a compreensão de estudiosos como tendência recente no campo das religiões no Brasil, se vincule (pelo menos parcialmente) a uma possível falta de informação na coleta.

No caso de pessoas declaradas como indígenas, os problemas se aprofundariam se considerarmos um conjunto de mediações que se interpõem entre a pergunta e a resposta, passando pelo entendimento do recenseador e do respondente. O que viria à mente de pessoas indígenas ao serem questionadas sobre ter ou não (uma) religião? Imagens ou narrativas do tempo mítico, conforme referenciado em um texto do IBGE (2005) sobre tendências demográficas com base nas amostras dos Censos 1991 e 2000? Práticas rituais? Modos de conhecimentos xamânicos como os atualizados em cantos e sonhos? Práticas curativas? Ou remeteria diretamente às religiões de origem cristã como as existentes em áreas indígenas? Como a pergunta se articularia com a dimensão política presente nas negociações atuais em torno da *cultura*, conforme comentado anteriormente?

Parece-nos difícil avançar na consideração dos aspectos metodológicos para além destas breves observações em torno da captação de informações em campo e no que diz respeito à categorização das religiões feitas *a posteriori*. Mas cabe explorar um pouco mais o tema dos números e sua interpretação, articulando-os a processos indígenas.

Números e “múltiplos sentidos”

Tomamos aqui as indicações gerais dos resultados dos últimos censos para um exercício de relativização sobre os números.

Para as duas décadas que dispomos de dados censitários a respeito de indígenas no Brasil (entre 1991 e 2010), os números sobre religião informados para esta população acompanhariam, a princípio, as variações na adesão a religiões cristãs que vêm sendo reconhecidas para a população brasileira em geral. São elas: a diminuição do número de declarados católicos e o crescimento dos declarados evangélicos. Entre os indígenas, o número de católicos passa de 64,3% em 1991 para aproximadamente 51% em 2010, e o percentual de evangélicos aumenta de 13,6% em 1991 para aproximadamente 25% em 2010. Alves e colaboradores (2017) analisam a razão entre católicos e evangélicos para pessoas que se declaram indígenas no Censo 2010, observando que o aumento dos evangélicos foi maior entre a população que se declarou indígena, comparado à razão católicos/evangélicos para o país. Quanto ao número de declarados “sem religião”, este apresenta, entre os indígenas, percentual bem acima daquele informado para o conjunto da população no país – corresponde a cerca de 14,5% entre as pessoas declaradas indígenas,

enquanto gira em torno de 8% para a população brasileira em geral. Por sua vez, a declaração de “tradições indígenas” no quesito “religião”, incluída na versão do Censo 2000, somava 1,4% entre os declarados indígenas, passando a 5,3% no Censo 2010, ou seja, quase quadruplicou o número anterior.

Não nos parece possível qualquer sugestão de interpretação para os resultados de “tradições indígenas” e “sem religião” entre indígenas, já que não dispomos de elementos para avançar na discussão de problemas apontados anteriormente, nem nos é possível visualizar práticas informadas como “tradições indígenas”, ou compará-las com os registros de indígenas “sem religião”. De todo modo, como sugerido por Dias Junior e Verona (2014: 1.150), sem abrir mão da necessidade de estudos etnográficos, “é possível buscar respostas no próprio Censo 2010, uma vez que algumas variáveis, como língua falada, etnia e local de residência (terra indígena) podem garantir uma aproximação maior dos dados estatísticos com particularidades culturais”, o que nos levaria a um melhor entendimento do *fenômeno religioso* entre os indígenas.

Por sua vez, quando passamos aos números referentes à declaração de indígenas como católicos ou evangélicos, questões de outra ordem nos desafiam. De um lado, sabemos da presença histórica de missões católicas e evangélicas entre povos indígenas e reconhecemos modelos de evangelização implantados em diversas regiões e etnias no país. Por exemplo, as propostas *inculturativas* que orientam o trabalho missionário católico sob a coordenação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi, 2015); as iniciativas protestantes vinculadas à sistematização de línguas indígenas e tradução da Bíblia em línguas nativas promovidas pelo Summer Institute of Linguistics (SIL); a evangelização coordenada pelo Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) e pelo Conselho de Missão entre os Índios (Comin) (Rufino, 2000). Mais recentemente, observam-se ainda outros estilos de evangelização implementados por igrejas pentecostais, bem como aqueles organizados no âmbito da Associação de Missões Transculturais Brasileiras (AMTB), que reúne inúmeras denominações evangélicas e investe no trabalho que denomina “treinamento indígena” direcionado à formação de “pastores indígenas evangélicos” (AMTB, 2015).

Entretanto, se todas essas presenças, mais ou menos longevas, fazem parte da história de muitas pessoas e coletivos indígenas que vivem no Brasil, ainda assim nos cabe perguntar sobre o alcance e os sentidos das declarações de indígenas como católicos ou evangélicos. Pensamos nos debates desenvolvidos na etnologia sobre os sentidos da conversão, a transformação indígena de conceitos, a dimensão da “abertura ao Outro” (Lévi-Strauss, 1993), que marcam as políticas indígenas, além dos usos da religião em contextos contemporâneos de negociação para a garantia de direitos.

Gostaríamos de destacar aqui esse aspecto da apropriação dos indígenas de capacidades e conhecimentos de outros povos ou culturas com que se põem

em relação: o que aos olhos das organizações missionárias pode ser traduzido em números de evangelização, na experiência de pessoas e povos indígenas pode ganhar sentidos bastante diversos. Vale lembrar da Santidade de Jaguaripe na Bahia do século XVI, reunindo práticas religiosas de diferentes origens (Vainfas & Souza, 2000); do processo de conversão e desconversão vivido pelos Wari' (Rondônia) nos anos 1970 e 1980 (Vilaça, 1996); dos mais diversos sentidos que a adoção de identidades, como as de "cristão" ou "crente", pode assumir na prática (Wright, 1999).

A complexidade desses processos mereceu investimentos teóricos importantes na antropologia, com a elaboração de conceitos, como os de "indigenização" (de crenças e práticas ocidentais), "mediação" (Montero, 2006) ou "tradução" (Pompa, 2003), para dar conta dessas experiências.

Mas, como observado anteriormente, o contexto atual de negociações para a conquista de direitos à terra e a outros recursos coloca novos problemas. Para além de se orientarem por seus regimes de conhecimento, os indígenas precisam atualmente dar visibilidade a certas práticas e conhecimentos tidos como *tradicionais*. Estas tradições – entre elas, as tradições religiosas, – agora fundamentam direitos, de modo que, como apontou Carneiro da Cunha (2009), torna-se necessário operar com duas formas de discursividade, viver simultaneamente sob a égide da cultura e da "cultura" (com aspas, ou seja, em sua expressão objetivada que deve ser demonstrada). Aqui poderíamos nos perguntar: quais os usos da religião que poderiam estar em jogo no contexto atual, que põe, então, em relação uma tradição marcada pela abertura ao exterior – voltada para a captura de capacidades controladas por alteridades humanas e não humanas – com uma *tradição* que deve se afirmar *indígena* com base justamente na distinção em relação a outras tradições? E, voltando ao Censo, como estes usos possivelmente se atualizam nas respostas à pergunta sobre religião?

Considerações para adiante

O propósito deste capítulo foi buscar algumas possíveis articulações entre indígenas e religião, no contexto da pesquisa demográfica que vem sendo realizada pelos últimos censos brasileiros.

Seguindo a trilha de categorias censitárias e nos aproximando de processos descritos na história e etnografia de povos indígenas sul-americanos, deparamo-nos com complexidades que desafiam a construção de metodologias para a pesquisa demográfica e a abordagem e análise de resultados dos censos. É o caso do encontro da ideia de "tradições indígenas", que incorpora pressupostos do conceito ocidental de religião, com o termo "indígena" como definidor de uma parcela da população brasileira.

As questões aqui levantadas pretendem contribuir para o diálogo entre diferentes disciplinas, particularmente antropologia e demografia, não só para uma leitura mais rica das informações censitárias de que dispomos atualmente, mas, principalmente, para a construção de instrumentos de coleta e análise cada vez mais articulados com a vida de pessoas e grupos indígenas no Brasil e a multiplicidade de experiências que ela abarca.

Referências

- ALVES, J. E. D. *et al.* Cambios en el perfil religioso de la población indígena del Brasil entre 1991 y 2010. *Notas de Población*, 104: 237-262, 2017.
- ARRUTI, J. M. Etnogêneses indígenas. In: RICARDO, B.G. RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- ASAD, T. *Genealogies of Religion: disciplines and reasons of power in Islam and Christianity*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993.
- ASSOCIAÇÃO DE MISSÕES TRANSCULTURAIS BRASILEIRAS (AMTB). *Site*. Disponível em: <www.amtb.org.br>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- AZEVEDO, M. Quantos eram? Quantos serão? In: RICARDO, B.G. RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- AZEVEDO, M. Diagnóstico da população indígena no Brasil. *Ciência e Cultura* (SBPC), 60: 19-22, 2008.
- AZEVEDO, M. O Censo 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, B.G. RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Org. Alexandre de Moraes. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- CAMPOS, M. G. OKAMOTO, L. A migração dos indígenas a partir dos dados do Censo Demográfico 2010. In: SEMINÁRIO DE DEMOGRAFIA DOS POVOS INDÍGENAS: SAÚDE, TERRITÓRIO E AMBIENTE, VIII, 2015, Rio de Janeiro.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Introdução: patrimônio imaterial e biodiversidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 32: 15-27, 2005.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com Aspas e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac e Naify, 2009.

- CAMURÇA, M. A. A religião e o censo: enfoques metodológicos – uma reflexão a partir das consultorias do Iser ao IBGE sobre o dado religioso no Censo. *In*: CUNHA, C. & MENEZES, R. (Orgs.). Religiões em conexão: números, direitos, pessoas. *Comunicações do Iser*, 69, set. 2014.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Site*. Disponível em: <www.cimi.org.br>. Acesso em: 25 nov. 2015.
- DIAS JR., C. S. & VERONA, A. P. Perfil religioso da população autodeclarada indígena no Brasil: considerações a partir do Censo Demográfico de 2010. *Horizonte*, 12(36): 1.140-1.159, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tabulação Avançada do Censo Demográfico 2000: resultados preliminares da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a. (140 Anexos)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Características Gerais da População, Resultados da Amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.
- LABATE, B. C.; DE ROSE, I. C. & SANTOS, R. G. *Religiões Ayahuasqueiras: um balanço bibliográfico*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.
- LASMAR, C. *De Volta ao Lago de Leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, C. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- MAFRA, C. Números e narrativas. *Debates do NER*, 14(24): 13-25, 2013.
- MARIZ, C. O que precisamos saber sobre o censo para falar sobre seus resultados? Um desafio para novos projetos de pesquisa. *Debates do NER*, 14(24):39-58, 2013.
- MARIZ, C. & GRACINO, P. As igrejas pentecostais no Censo de 2010. *In*: TEIXEIRA, F. & MENEZES, R. (Orgs.). *Religiões em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MENEZES, R. Religiões, números e disputas sociais. *Comunicações do Iser* (69): 60-71, 2014.
- MONTERO, P. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. *In*: MONTEIRO, P. (Org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

- PAOLIELLO, T. O crescimento da presença indígena nos censos nacionais 1991-2000: uma análise da região Nordeste. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, XVI, 2008, Caxambu.
- PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. & SANTOS, R. V. (Orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Abep, 2005.
- PENNA, T. C. F. Por que demografia indígena brasileira? *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, IV, 1984, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: Abep, 1984. v. 3.
- PEREIRA, N. O. M. *Os Indígenas nas Informações Censitárias: potencialidades e limitações com base em um estudo de caso sobre os Xavante, Mato Grosso*, 2011. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.
- POMPA, C. *Religião como Tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: Edusc, 2003.
- PISSOLATO, E. A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo *mbya* (guarani). São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- PISSOLATO, E. "Tradições indígenas" nos censos brasileiros: questões em torno do reconhecimento indígena e da relação entre indígenas e religião. *In: TEIXEIRA, F. & MENEZES, R. (Orgs.). Religiões em Movimento*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- RICARDO, C. A. Os índios e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. *In: SILVA, A. & GRUPIONI, L. (Orgs.). A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC, Unesco, Mari, 1995.
- RUFINO, M. Nem só de pregação vive a missão. Instituto Socioambiental, 2000. Disponível em: <www.pib.socioambiental.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- SANTOS, R. V. & TEIXEIRA, P. O "indígena" que emerge do Censo Demográfico de 2010. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(6): 1.048-1.049, 2011.
- SILVA, A. D. *et al.* Estudo da modalidade de censo demográfico contínuo. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, XVIII, 2012, Águas de Lindóia.
- STEIL, C. A. Mapas e hologramas como metáforas para pensar os dados sobre religião no censo do IBGE de 2010: comentários ao texto "Números e narrativas" de Clara Mafra. *Debates do NER*, 14(24): 29-37, 2013.
- VAINFAS, R. & SOUZA, J. B. *Brasil de Todos os Santos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- VILAÇA, A. Cristãos sem fé: alguns aspectos da conversão dos Wari' (Pakaa Nova). *Mana: Revista de Antropologia Social*, 2(1): 109-137, 1996.
- WRIGHT, R. (Org.). *Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.